

# **AUTISMO: ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NO DESAFIO DA INCLUSÃO NO ÂMBITO ESCOLAR, NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO**

2017

**Nadla dos Santos Dias**

Graduanda em psicologia da UNIJORGE (Brasil)

E-mail de contato:

[naide-dias@hotmail.com](mailto:naide-dias@hotmail.com)

---

## **RESUMO**

A inclusão escolar visa acolher todos os alunos, no sistema de ensino, de maneira que se respeite as diferenças e se reconheça as diversas necessidades de seus alunos. Ao incluir um aluno com necessidades especiais, como um aluno com Transtorno de Espectro Autista, deve-se assegurar uma educação de qualidade, em que possibilite dentro desse espaço o ensino aprendizagem e a sua interação social, juntamente com as outras crianças. Desse modo este artigo teve como objetivo os desafios enfrentados no âmbito escolar no processo de inclusão de alunos com Transtorno de Espectro Autista, seu conceito, as leis que favorecem sua inclusão, a atuação do psicólogo na perspectiva da Análise do Comportamento e estratégias de intervenção para o enfrentamento dessa problemática através do método da Análise do Comportamento Aplicada. Foi encontrada nas revisões de literaturas a relação sobre a inclusão e exclusão escolar, as leis e a atuação do psicólogo, mediante a inserção de alunos autistas. Como a inclusão de artigos publicados de 1990 á 2016, nas bases de dados como Scielo, Pepsic, Google Acadêmico, Revista Autismo, Projeto Integrar , ITCR-campinas. Tendo como resultado o papel fundamental do psicólogo na inclusão de alunos autistas no âmbito escolar.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar, autismo, análise do comportamento.

Copyright © 2017.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



## INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede comum de ensino é um tema de diversas discussões. Sabe-se que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas diferenças. No entanto, é fundamental ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições através de práticas educativas, de desenvolver sua aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Desta forma, torna-se necessário e fundamental, que as instituições de ensino se organizem de maneira que exista novas dimensões da escola no que consiste na aceitação e valorização das diferenças (FRIAS; MENEZES, 2008).

Na educação inclusiva, a escola precisa estar preparada para enfrentar os desafios e necessidades de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos. Torna-se fundamental que a educação com qualidade considere que, cada aluno numa escola, demonstra características próprias no ritmo de aprendizagem, na diversidade de interesses e no conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais. O desafio da escola é proporcionar a diversidade de alunos que nela é representado, tentativas de se construir um conceito que possua bons resultados no processo ensino e aprendizagem, de forma que sejam incluídos neste processo todos que dele são por direito (FRIAS; MENEZES.2008).

A escola por ser um espaço de diversidade, favorece o desenvolvimento do aluno, pois o mesmo dentro deste espaço tem a oportunidade de conviver e interagir com os indivíduos. Dentro dessa diversidade que existe no âmbito escolar, se encontram os alunos autistas, que de acordo com Camargo e Bosa (2012), o contexto escolar oportuniza contatos sociais, proporcionando o desenvolvimento do autista, como também o de outros alunos, na proporção em que convivem e aprendem com as diferenças.

Desta forma, torna-se necessário inclusão dos autistas, uma vez que a inclusão traz como premissa básica, proporcionar a educação para todos, pois é um direito constitucional do aluno autista, ou de qualquer outra necessidade educacional especial e de todos os cidadãos à educação.

Ao se incluir um aluno autista na instituição de ensino, torna-se necessário compreender o conceito sobre o autismo e suas características, para que assim se busque práticas de intervenção que auxilie no processo educacional e um ambiente favorável para o acolhimento desses alunos. Segundo Green (apud GOULART e ASSIS, 2002, p. 2), do ponto de vista analítico-comportamental, o autismo é “uma síndrome de déficits e excessos que [pode ter] uma base neurológica, mas que está, todavia, sujeita a mudança, a partir de interações construtivas,

cuidadosamente organizadas com o ambiente físico e social”.

Ainda na visão da análise do Comportamento, identificam-se diversas contribuições e aplicações no contexto escolar para alunos autistas de maneira a facilitar sua inclusão. O método da Análise do Comportamento Aplicada, e o papel do psicólogo escolar dentro da abordagem comportamental, também poderão auxiliar na inclusão, em que torna-se primordial que exista o respeito às diferenças e o olhar cauteloso sobre os autistas.

O método da Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behaviour Analysis – ABA), que tem como objetivo formar repertórios socialmente consideráveis, e proporcionar estratégias de ensino aprendizagem que facilite a compreensão de indivíduos diagnosticados com autismos e permita que o mesmo se desenvolva melhor na sala de aula, e aprimore suas habilidades sociais. A atuação do psicólogo escolar contribuirá de modo a coletar dados, analisá-los e elaborar procedimentos cabíveis fundamentados nessa abordagem, que serão baseados mediante a demanda existente no ambiente escolar.

Buscando-se correlacionar a inclusão escolar com o autismo infantil, surgiu então, o interesse por esse estudo. O mesmo se concretizou mediante prática de estágio realizada em uma escola regular com crianças autistas, onde foram observadas as necessidades e dificuldades em desempenhar as atividades com estas crianças. Nessa perspectiva, este trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo geral discutir sobre a inclusão escolar mediante estratégias de intervenção para alunos autistas, numa visão da análise do comportamento. Para tanto, os objetivos específicos são: abordar sobre o conceito de autismo e as leis para inclusão escolar, discutir sobre os métodos de intervenção na análise comportamento aplicada no âmbito escolar, e esclarecer o papel do psicólogo escolar na perspectiva da análise do comportamento.

A pesquisa utilizou de fontes como a biblioteca física da Unijorge, e bases de dados virtuais como Scielo, Pepsic, Google Acadêmico, Revista Autismo, Projeto Integrar, entre outros. Tendo como palavras-chave: Autismo, inclusão, Análise do Comportamento Aplicada, escola, psicologia escolar, Análise do Comportamento, Educação. Estas ferramentas irão permitir o acesso e a coleta de documentos, como: artigos, que serão analisados através dos seus resumos, para que sejam selecionados, bem como os livros por índice de indicações de colegas formados em psicologia e na área de educação, devido a suas repercussões.

Este trabalho de conclusão de curso foi dividido em três partes. No primeiro momento, apresentou o conceito sobre o que é autismo e as leis para inclusão desses alunos autistas nas escolas. No segundo momento, foi abordada a análise do comportamento aplicada (ABA) como um método de intervenção comportamental com autistas, que tem como finalidade desenvolver repertórios de habilidades sociais consideráveis e reduzir repertórios indesejáveis. No terceiro

momento, foi abordada a importância do papel do psicólogo escolar, na visão da análise do comportamento.

## **CONCEITO DE AUTISMO E AS LEIS PARA INCLUSÃO ESCOLAR**

Nos anos 1940, Leo Kanner, apresentou as primeiras descrições modernas do que hoje é nomeado de autismo infantil ou transtorno autista. Kanner utilizou o termo para definir a condição clínica de um grupo de 11 crianças que indicavam limitações no relacionamento com outras pessoas e com objetos, além de desordens na fala (GOULART; ASSIS, 2002).

Após as contribuições de Kanner, intensificam-se as controvérsias sobre a definição de autismo, refletidas na própria história dos dois sistemas de classificação de transtornos mentais e de comportamento: a classificação de transtornos mentais e de comportamento – CID (The International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems – ICD), publicado pela Organização Mundial da Saúde, e o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM (Diagnostic and Statistical Manual for Mental Disease) da Associação Psiquiátrica Americana (APA). Nesse ponto, nota-se que é fundamental rever brevemente esse histórico para compreenderem-se as diferentes terminologias comumente empregadas para designar os transtornos relacionados ao autismo (BAPTISTA; BOSA e colaboradores, 2002).

As primeiras edições da CID não fazem qualquer menção ao autismo. A oitava edição relata como se o autismo fosse uma forma de esquizofrenia, e a nona associa-o como psicose infantil. A partir da década de 80, assiste-se a uma verdadeira mudança no paradigma do conceito do autismo, sendo excluído da categoria de psicose no DSM-III e no DSM- III-R, bem como na CID-10, e passa a integrar os transtornos globais do desenvolvimento. Já no DSM-IV aborda o transtorno autista como integrado aos transtornos invasivos do desenvolvimento (Pervasive Developmental Disorder), juntamente com os transtornos desintegrativos, Síndrome de Rett e Síndrome de Asperger. Tanto a CID-10 quanto o DSM- IV constituem como critério para o diagnóstico do Transtorno Espectro Autista o comprometimento em três áreas (triáde) principais: ” alterações qualitativas das interações sociais recíprocas; modalidades de comunicação; interesses e atividades restritos, estereotipados e repetitivos” (BAPTISTA; BOSA e colaboradores, 2002, p.28).

Entretanto, a versão atualizada do DSM-IV publicada em 2014, denominada Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5), aborda uma nova estrutura de sintomas do Autismo e a triáde de sintomas que já constava no DSM-IV, modelando a dificuldade de comunicação separadamente dos prejuízos sociais. Foi alterada mantendo no DSM-5 apenas uma triáde, composta por dois modelos de domínios, sendo um domínio relativo a déficit de comunicação social e, o outro relativo a comportamentos/interesses restritos e repetitivos.

Além disso, a dificuldade de comunicação, atraso ou ausência total de desenvolvimento de linguagem expressiva foi eliminada do DSM-5, pois a linguagem expressiva não é mais uma característica universal, nem específica de indivíduos com TEA. Foram estabelecidos, mais adequadamente, como critérios que atuam nos sintomas clínicos do TEA e não mais como critérios do diagnóstico do autismo para esses transtornos. Essa alteração surgiu para aprimorar a especificidade da descrição dos critérios exigidos para o diagnóstico do autismo (BRUNONI, MERCADANTE, SCHWARTZMAN, 2014)

Outra modificação foi no DSM-IV, o autismo era considerado como Transtornos Globais do Desenvolvimento, em que havia os subgrupos Transtorno Autista, Transtorno de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância, entre outros. No entanto, o DSM-5 traz uma proposta de agrupar esses transtornos citados anteriormente e classificá-los em um só grupo. Esse grupo é chamado de Transtorno de Espectro Autista.

As descrições apresentadas por manuais como o CID e o DSM têm como objetivo de sistematizar as características do repertório autista, de modo a facilitar o diálogo entre diferentes áreas da saúde. Mas, precisa ter o cuidado em não limitar-se apenas aos sintomas e caracterizar todo os autistas como sendo iguais e como se os mesmos fossem membros de um único grupo (GOULART; ASSIS, 2002).

Lord e Magil (apud CAMARGO; BOSA, 2007, p.4) aborda que se deve questionar até que ponto a falta de socialização das crianças com autismo, não seria resultados da ausência de possibilidades oferecidas, do que algo totalmente inerente à própria síndrome. Almeida (1997) traz a noção de que o indivíduo está inatamente programado para estabelecer vínculos sociais, mas que o desenvolvimento social só se constrói na sequência de interações, em qualquer momento da vida. Mas, que o autismo é determinado também “pelas condições em que se desenrola o desenvolvimento, incluindo as mudanças biológicas esperadas, os sistemas de relações sociais que envolvem a criança, as condições dos ambientes que circula” (CAMARGO; BOSA, 2007, p.4).

Ao se conhecer o conceito do autismo através dos critérios que definem seu comportamento, torna-se mais fácil pensar em maneiras de incluí-lo no ensino regular. A inclusão desses alunos autistas torna-se fundamental, pois é através do contato social dentro das escolas, que favorecerá não só seu desenvolvimento, mas também no de outros alunos, com o objetivo de aprimorar a convivência com o semelhante em suas diferenças e o aprender a respeitar uns aos outros, na medida em que possam aprender a compartilhar suas disparidades e experiências em uma nova visão no espaço escolar.

Proporcionar ao autista oportunidade de interação social com outros alunos da mesma faixa etária possibilita que o mesmo seja incentivado a desenvolver as suas habilidades sociais. Os alunos autistas, em convívio com a instituição de ensino, necessitam de apoio institucional que garanta a

sua inclusão nas escolas regulares, garantindo-lhes o direito e o dever a educação. A inclusão é um movimento mundial que luta em busca do direito e valorização das pessoas com deficiência, sejam físicas ou psíquicas; o seu lugar na sociedade, dependendo principalmente das mudanças de valores da comunidade e a vivência de um novo preceito e não somente sugestões técnicas, mas também a interação entre pais, alunos, professores e do corpo social. Ao se falar de inclusão, imediatamente traz consigo a ideia explícita de exclusão, pois só se inclui algo que já foi excluído (BORGES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, PEREIRA, 2013).

A exclusão dos autistas do grupo social em geral tem início desde a infância, algumas crianças não frequentam as escolas regulares e quando são matriculadas enfrentam várias dificuldades, tais como uma sociedade despreparada devido à ignorância, preconceito, medo, estigmas e crenças que atuam sobre o autismo. Historicamente, nota-se que as relações sociais têm sido registradas por assimetria de poder, onde se distingue por ser uma classe sobre a outra, pelo preconceito, injustiças, segregação daqueles que não são classificados como os padrões estabelecidos pela sociedade.

Na concepção da educação inclusiva, a educação especial torna-se necessária para promover o atendimento aos alunos autistas. A educação especial direciona suas atividades para acolher mediante as suas especificidades no processo educacional e proporcionar assim um ambiente mais favorável, seja na organização de redes de apoio, nos recursos, nos serviços escolares e no desenvolvimento de práticas colaborativas (BORGES; OLIVEIRA; OLIVEIRA, PEREIRA, 2013).

É nesse contexto que a educação escolar deverá trabalhar, de modo a romper os métodos tradicionais da escola e abrir o conhecimento para um novo olhar a ser construído, uma nova escola e sociedade pronta para acolher o diferente ao longo dos anos, com ajuda de profissionais em que estão engajados no mesmo propósito.

A criança do espectro autista, como todo aluno, tem o direito de aprender, e caso seja detectado por um médico a necessidade de um acompanhante, a lei o protegerá. Segundo BRASIL (1990), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no art. 54, inciso III da lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e na Constituição Federal de 1988, no artigo 205 (BRASIL, 1988), menciona que é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência e permitir que elas se desenvolvam na rede regular.

Esse apoio é oferecido através das existências das leis que estabelecem a inclusão de crianças autistas. Na lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; nos termos do inciso IV do art.2º, relata que nos casos de necessidade, o indivíduo com autismo, incluso na sala de aula de ensino regular dispõe do direito a um acompanhante qualificado em sala de aula (BRASIL, 2012). Além

disso, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu art.1º, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, garante e proporciona igualdade as pessoas que possuem deficiência, com a intenção de promover sua inclusão e cidadania (BRASIL, 2015).

São Paulo (2011) aborda a inclusão social como uma política que deve atender às necessidades e desafios na educação especial de todos os alunos, em sala de aula com um sistema regular de ensino, de maneira que todos tenham acesso ao ensino e a aprendizagem, mesmo aqueles que possuem alguma deficiência ou transtorno.

Souza (2000) relata que as instituições de ensino têm a visão dicotômica entre normalidade/deficiência, pois as escolas restringem em dar suporte aos docentes do ensino regular no que se refere às necessidades específicas de um aluno com necessidades educativas especiais. Deve-se, então, ter o cuidado em não rotular essas dificuldades apenas para as crianças com deficiências, visto que na sala de aula, todas as crianças também apresentam dificuldades comuns, independente de serem autistas.

Propõe-se então, que para que a inclusão aconteça, torna-se necessário que o ambiente escolar seja um espaço em que se possam compartilhar conhecimentos, em específico entre a psicologia e a pedagogia. Nesse âmbito, cumpre ressaltar que a inclusão de alunos com autismo ou com alguma outra deficiência, no ensino regular, possibilita um ambiente amplo pela diversidade social, pelas interações nas relações afetivas, como: valores, respeito e cooperação que se formam dentro deste espaço (MATTOS; NUERNBERG, 2011).

Logo, a inclusão não é simples, mais do que leis para proteger o autista, é necessário que a sociedade e a cultura da escola colaborem em ações voltadas para a capacitação do professor, de modo que envolvam a todos em um projeto de escola inclusiva, trazendo uma nova formação dos docentes para que os mesmos saibam lidar com as limitações e as dificuldades de cada aluno, sendo ele especial ou não. A consciência de cada indivíduo na sociedade ajuda no processo de inclusão.

## **MÉTODOS DE INTERVENÇÃO NA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA AO ÂMBITO ESCOLAR**

A Análise do Comportamento possui três principais braços:

“o Behaviorismo que trata da filosofia da ciência comportamental, a Análise Experimental do Comportamento que trabalha com pesquisas básicas de laboratório e a Análise do Comportamento Aplicada que envolve o desenvolvimento de tecnologia para se trabalhar em ambientes mais naturais, do dia-a-” (GUIMARÃES, 2016, p.1).

A Análise do Comportamento Aplicada ganhou maior proporção na clínica como Terapia ABA (ABA Therapy), mas cientificamente, seria mais viável mencionar intervenções em ABA (Applied Behaviour Analysis). É considerada uma abordagem da psicologia que também pode ser utilizada no atendimento com autistas. A ABA vem do campo do Behaviorismo, tendo suas origens nos estudos de Skinner, e é considerada como uma ciência que “observa, analisa e explica a associação entre o ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem” (LEAR, 2004,p .4). Logo, se um determinado comportamento de um aluno autista é analisado, pode-se pensar em uma intervenção para alterar aquele comportamento.

Ivar Lovaas foi a primeira pessoa a aplicar os princípios da Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behaviour Analysis – ABA) e o Ensino por Tentativas Discretas (Discrete Trial Teaching – DTT), para ensinar crianças com autismo. De modo que muitas pessoas falam do método Lovaas quando mencionam o ensino de crianças com autismo. O Ensino por Tentativas Discretas (Discrete Trial Teaching – DTT) é uma das metodologias usadas pela Análise do Comportamento Aplicada, realizado em um formato estruturado que facilita que uma nova habilidade seja aprendida. É caracterizada por dividir sequências mais complexas de aprendizagem em passos menores, ou separados, ensinando por partes, ou seja, um de cada vez durante um período de tentativas, juntamente com reforço positivo (prêmios) e o grau de assitência que for preciso para que seja alcançado o que se busca (Lear, 2004).

Para exemplificar o conceito do Ensino por Tentativas Discretas, Lear (2004) traz uma situação do cotidiano em que uma pessoa pensa em jogar futebol, porém ela inicialmente não chega já apresentando o uniforme do seu time e se apresenta como centroavante. Provavelmente começou a chutar a bola, a correr com a bola, e empurrar com pés, ou seja, as atividades foram sequenciadas de modo que foi aprendido. Após aprender essas sequências ele poderá começar a jogar para o gol fazendo várias tentativas, e no final concorrer a um prêmio, como o troféu de um bom jogador.

Os métodos baseados na ABA dispõem dos princípios do comportamento para formar repertórios socialmente consideráveis (comportamentos desejáveis) como, por exemplo, contato visual, habilidade de se relacionar com outros alunos, habilidade de conversar; acadêmicos, como ler, escrever, ou até mesmo atividades da vida diária, como usar o banheiro e reduzir repertórios problemáticos (comportamentos indesejáveis), como por exemplo: aqueles comportamentos tais como agressão, estereotipia, autolesões e outros que trazem dificuldades no convívio social e na aprendizagem deste indivíduo (KENYON, MIGUEL, 2016).

Os processos de modificação comportamental têm apresentado resultados eficazes com autistas ao auxiliar na sua inserção nas instituições de ensino, de forma proporcionar aos autistas que eles desenvolvam comportamentos mais desejáveis para um bom relacionamento dentro da sala de aula. Importante ressaltar que, incluir esses alunos autistas, não se resume unicamente à inserção dos mesmos no ensino regular, mas a uma prática inclusiva, que no caso dos autistas essa



prática pode ser relacionada a utilização do método da Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behaviour Analysis – ABA) que irá facilitar o processo educacional desses alunos.

Um dos princípios básicos da Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behaviour Analysis – ABA) é que o comportamento, é uma ação que pode ser observada e computada, que possui frequência e duração, podendo ser justificada pela identificação dos antecedentes e consequentes (MEYER, 2003). Os comportamentos estão relacionados a eventos ou estímulos que os antecedem, aumentando sua probabilidade de ocorrer futuramente, estando entrelaçados às consequências que os seguem. O método ABA pode intencionalmente apresentar aos autistas comportamentos mais desejáveis à convivência social e eliminar os indesejáveis (RIBEIRO, 2010).

Análise do Comportamento Aplicada (Applied Behaviour Analysis – ABA) pode ser aplicada por profissionais que conheçam a análise do comportamento, sendo estes os responsáveis pela elaboração do planejamento das técnicas que serão aplicadas. Esses profissionais, em sua maioria, são formados em psicologia e possuem alguma especialização que seja voltada para terapia comportamental, análise do comportamento ou psicologia Experimental. Entretanto, aplicação em si pode ser realizada por outras pessoas que fizerem um treinamento com o profissional da Análise do Comportamento Aplicada, como por exemplo, pais e professores, que podem apresentar um trabalho de competência (FAGGIANI, 2010).

São muitas as formas e estratégias de diminuição de comportamentos indesejáveis aplicados através do método ABA, mas o primeiro passo para intervenção são as avaliações das habilidades atuais do aluno, podendo ser: uma avaliação do desenvolvimento, que fornece informações de como o indivíduo se desenvolve comparado a todos os outros da mesma idade, na análise da sua cognição, comunicação, funções motoras e habilidades sociais e uma avaliação referenciada, que colherá dados sobre as habilidades já existentes na história de vida do indivíduo, e o que ele é capaz de realizar, assim como quais competências ele deve aprender em seguida (GUIMARÃES, 2016).

Outra avaliação é a de preferência, identificando os itens (brinquedos, jogos, desenhos, alimentos, atividades) que o indivíduo prefere, e que podem ser utilizados como reforçadores (recompensas) no ensino; e a análise Funcional do Comportamento em que é possível verificar o que mantém determinados comportamentos, como, por exemplo, a agressividade. Identificando o que mantém determinados comportamentos é possível elaborar estratégias para modificá-las e assim diminuir comportamentos indesejáveis. Essas avaliações em ABA devem ser frequentes e servem como norte para que as intervenções possam ter bons resultados (GUIMARÃES, 2016).

Dos vários procedimentos que a ABA oferece, outra técnica que pode ser manuseada, em sala de aula, com os alunos autistas, é o reforço positivo para ensinar habilidades. O reforço positivo sempre aumentará a probabilidade de algo ocorrer novamente, com o acréscimo de alguma coisa que resultará no fortalecimento do comportamento (SOUZA, 2011).

É fundamental a introdução de contingências positivas na educação, sendo que essas podem aprimorar o comportamento dos alunos em sala de aula. Um exemplo prático do uso de reforçadores positivos para ensinar habilidades, foi realizado através da intervenção de uma professora em sala de aula, com alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, sendo a sala formada por 33 alunos. A intervenção aconteceu por meio de um quadro de recompensas, em que a professora e também especialista em terapia comportamental, elaborou um projeto dentro de uma instituição de ensino, e chamou esse projeto de Boas Ações. A aplicação desse projeto se deu após observações de alguns comportamentos indesejáveis, que prejudicava a dinâmica da sala, interferindo no ensino aprendizagem dos alunos (COSTA, 2014).

Esse projeto chamado Boas Ações, tinha o objetivo de aprimorar a habilidade social, de maneira a tornar uma boa convivência entre os alunos, reforçando comportamentos adequados em sala de aula. Para isso, foi elaborado um cartaz contendo o nome de todos os alunos, semanalmente os alunos discutiam junto com a professora se mereciam ou não mediante ao comportamento, se deveriam ganhar um adesivo criado especialmente para aplicação do projeto. Aqueles que ganhavam o adesivo obtinham uma missão de auxiliar aqueles que não ganharam, a se comportar de forma adequada. Se a missão fosse concluída, o aluno incumbido, era premiado com um adesivo de parabéns. No final do semestre, os alunos que ganhassem a maior quantidade de adesivos e carimbos de parabéns, recebiam brindes fornecidos pela escola onde vinha contido nesses brindes a logo do projeto por meio de uma solenidade de premiação (COSTA, 2014).

Logo, quando for ensinada uma habilidade nova, ou pela primeira vez a um autista, a recompensa deve ser dada depois de cada tentativa bem-sucedida. Ao contextualizar com exemplo citado no parágrafo anterior, a recompensa eram os adesivos e carimbos premiados, que futuramente se tornaria em brindes. Lembrando que essa recompensa poderá ser algo que o indivíduo goste. À “medida que a criança domina cada habilidade, gradualmente reduzimos nosso reforçamento, passando de contínuo (toda vez que ela faz alguma coisa), para intermitente (de vez em quando) ” (LEAR, 2004, p. 13). Ou seja, a ideia é que com o tempo, o aluno torne-se independente do reforço positivo utilizado para adquirir uma habilidade nova, e por fim consiga fazer por si mesmo.

## **O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA VISÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.**

Segundo Bueno, Costa e Murari (2009), as possibilidades de contribuições da Análise do Comportamento para a educação são inúmeras, mas são poucos analistas do comportamento que têm se dedicado a estudar e atuar nesta área. Isso se torna uma problemática, se for considerado

que ao atuar sobre o ambiente escolar o analista do comportamento pode alterar contingências compartilhadas por um grande número de pessoas, colaborando para potencializar, compreender e intervir sobre o comportamento dos alunos. As contingências, nada mais são que a maneira de representar como determinados comportamentos surgiram e se mantêm, e a forma com que a análise do comportamento se utiliza para compreender e entender como certos comportamentos foram formados e como eles se mantêm atualmente.

A análise do comportamento é uma ciência respaldada na teoria filosófica do Behaviorismo Radical, e tem como premissa básica que todos os fenômenos de caráter humano podem ser interpretados à luz do próprio comportamento (CASTILHO e colaboradores, 2013, p.564). De forma que o comportamento está fundamentado de maneira que o indivíduo é afetado, e influenciado pelas consequências de seus próprios comportamentos.

Para que um comportamento seja alterado, é necessário modificar a probabilidade dessas ocorrências, considerando a situação que antecedeu ou incentivou aquele comportamento, onde ocorreu aquela resposta e suas consequências (LOPES, 2008). Assim, o psicólogo escolar que se baseia na análise do comportamento deve observar dentro do ambiente escolar o comportamento dos alunos sempre entrelaçados nas relações entre essas variáveis – estímulo (algo que o antecede), resposta e consequência.

O psicólogo também deverá coletar dados, analisá-los e elaborar procedimentos cabíveis fundamentados na análise do comportamento, que serão baseados mediante a demanda existente no ambiente escolar. Essa elaboração e análise através da sua atuação enquanto psicólogo deverá estar voltada para

“aplicação comportamental analítica é o processo de aplicar princípios de comportamento, por vezes tentativamente, para a melhoria de comportamentos específicos e, simultaneamente, avaliar se quaisquer mudanças notadas realmente são, ou não, atribuíveis ao processo de aplicação – e, em caso positivo, a que partes desse processo.”  
(BAER; WOLF; RISLEY, 1968 tradução de AGUIRRE, p. 01).

Ou seja, tentar de maneira mais compatível correlacionar o conhecimento sobre a visão da análise do comportamento com a prática, observando-se cada etapa do processo da aplicação dos princípios sobre o aluno.

Pereira, Marinotti, e Luna (2004), relatam alguns princípios derivados da Análise do Comportamento a serem trazidos através da atuação do psicólogo escolar são: princípios que podem contribuir para um planejamento do ensino onde se oriente a aprendizagem de cada aluno dentro do seu tempo, respeitando as diferenças; acompanhar o desempenho do aluno e avaliar as

condições favoráveis para que o mesmo aprenda prover consequências reforçadoras positivas, como, por exemplo, premiações para os comportamentos relevantes do aluno; pontuar o comportamento do aluno destacando o seu desempenho adequado/correto; estabelecer condições para que ele conheça o que ainda não se aprendeu através do uso de tarefas compatíveis e, assim, aumente proporcionalmente suas habilidades.

Ainda dando continuidade aos princípios da análise do comportamento, o psicólogo escolar poderá, nas instituições de ensino, evitar possíveis consequências aversivas, onde Hunziker (2011) relata que o aversivo seria a modificação na frequência do comportamento utilizando-se o reforço negativo (aumento na frequência do comportamento com a retirada de um estímulo) e punição positiva ou negativa (diminuição na frequência do comportamento); conhecer a história de vida dos alunos; oferecer suporte ao professor quando preciso, para de forma complementar se elaborar procedimentos para a melhora do aluno baseada na sua demanda e envolver o aluno na sua autoavaliação de desempenho.

A preparação do professor torna-se, então, um pilar fundamental na construção de um sistema de ensino eficaz. E assim, como a educação do aluno deve ser cuidadosamente estudada e planejada para ser eficaz, a formação do educador também pressupõe uma análise das contingências que atuam sobre o seu comportamento e o planejamento para sua mudança (GIOIA, FONAI, 2007).

O psicólogo escolar também atuará junto a equipe de professores de maneira a ouvi-los, a compreender as demandas trazidas e solicitar que esses professores participem, caso seja necessário, de alguns atendimentos com as crianças, para que seja repensado novas práticas e novas perspectivas sobre o aluno que tem uma demanda a ser resolvida. Outra maneira é que o psicólogo escolar participe das reuniões e conselhos de classes, nas quais poderá estabelecer novas formas de perceber o processo educacional dos alunos, e assim possa evitar que rótulos, hipóteses imprecisas e fechadas incidam acerca dos alunos (ANDRADA, 2005).

Os autores Gioia e Fonai (2007) ainda afirmam que dentro da análise das contingências dos professores, alguns fatores podem estar interferindo no processo de desempenho do professor em sala de aula. Esses fatores podem ser as crenças formadas sobre o aluno e sua família, seu comportamento inadequado e qualidade de vínculo mantido com ele.

O psicólogo escolar poderá auxiliar os professores, quando necessário, a compreender melhor o porquê dessas crenças formadas sobre seus alunos, como citada no parágrafo anterior. Nesse processo professor-aluno, o psicólogo ao investigar a respeito da visão que os educadores possuem acerca de seus alunos, Mezzalira e Guzzo (2011, p. 2) trazem como proposta de intervenção que as “investigações dessas concepções podem ser realizadas por meio de conversas individuais ou nos espaços coletivos da escola”. Ou seja, o psicólogo escolar irá dialogar sobre o pensar dos

professores acerca de seus alunos, e propor a desconstrução desse pensar de maneira que proporcione uma melhor relação do professor e o aluno.

Dentro desse espaço, seja coletivo ou individual, o psicólogo escolar poderá também orientar quando for solicitado, que o professor realize a delimitação das necessidades dos alunos por meio de observações, sendo também fundamental que um trabalho seja de complementariedade entre o professor e o psicólogo visando sempre o ambiente mais favorável e adequado para o aluno.

A importância do profissional psicólogo na instituição de ensino é significativo frente ao trabalho a ser desenvolvido, porque insere um caminhar junto com os outros membros da instituição, de fundamental importância para que este trabalho seja bem desenvolvido, com a construção de um bom vínculo afetivo, para que assim, uma intervenção apropriada possa ser realizada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como as estratégias de intervenção na análise do comportamento podem auxiliar os alunos autistas no contexto escolar. Para que isso aconteça dentro das intuições de ensino é fundamental o aprofundamento sobre essa abordagem, que tem como principal premissa a maneira que o indivíduo se comporta.

Foi possível observar através da classificação de transtornos mentais e de comportamento – CID (The International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems – ICD), e o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM (Diagnostic and Statistical Manual for Mental Disease), que o conceito de autismo foi sendo modificado ao longo do tempo, sendo seu marco maior a partir dos anos 80 com consideráveis formulações do conceito do autismo como, por exemplo, a exclusão do autismo na categoria de psicose. Outro exemplo, são as novas considerações trazidas pelo DSM-5, que surgiu com uma perspectiva de reduzir os diversos subgrupos que existiam dentro do Transtornos Globais do Desenvolvimento e os agrupando em só grupo chamado de Transtorno de Espectro Autista. Essas mudanças auxiliaram no processo de diagnóstico de criança autista, de modo a aprimorar mais ainda as características que o conceitua.

O diagnóstico é fundamental para conhecer melhor as dificuldades e desafios que um autista poderá encontrar. É diante dos desafios que esses autistas, ao torna-se alunos de instituição de ensino irá enfrentar, que foi analisado através de literaturas, temas que abordassem intervenções e métodos apropriados mediante a análise do comportamento, de que maneira o acolhimento e a atuação do psicólogo irá proporcionar um ambiente favorável para recebê-lo.

Esse trabalho também trouxe como proposta a discussão de algumas estratégias da Análise do Comportamento Aplicada, que são utilizadas como um método para ser aplicado com autistas, que ao serem utilizados, espera-se uma redução nos comportamentos indesejáveis e ganhos significativos para a vida dos mesmos.

O psicólogo escolar poderá proporcionar nesse espaço um ambiente democrático, onde se possa discutir acerca das demandas trazidas pelos professores, bem como trazer intervenções para que as práticas educacionais possam ser aplicadas de maneira a proporcionar um melhor desenvolvimento de alunos com alguma deficiência. Nesse sentido o psicólogo irá atuar junto com os profissionais da área de ensino, de modo a possuir um olhar diferenciado sobre a diversidade de alunos encontrados nesse espaço.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. 1997. **As relações entre pares em idade escolar. Um estudo de avaliação da competência social pelo método Q-sort.** Unpublished doctoral dissertation, Universidade do Minho. Portugal.

ANDRADA, E. G. C. de. 2005. **Focos de intervenção em psicologia escolar.** Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 9, n. 1, p. 163-165. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572005000100019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000100019&lng=en&nrm=iso)

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA – APA. 2014. **DSM-5. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. (DSM – IV – TR).** 5ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 992p.

BAER, D.M.; WOLF, M. M., RISLEY, T. R. 1968. **Algumas Dimensões Correntes da Análise Aplicada do Comportamento.** Tradução de Noreen Campbell de Aguirre. Journal of Applied Behavior Analysis, 1, 91-97. Disponível em: [http://www.itrcampinas.com.br/pdf/outros/Algumas\\_dimensoes.pdf](http://www.itrcampinas.com.br/pdf/outros/Algumas_dimensoes.pdf)

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. & Col. 2002. **Autismo e Educação: reflexões e propostas de intervenção.** Porto Alegre: Artmed. pp.21-39.

BORGES, A.C.; OLIVEIRA, E. C. B. B.; PEREIRA, E. F. B. B.; OLIVEIRA, M. D. **Reflexões Sobre a Inclusão, a Diversidade, o Currículo e a Formação de Professores.** In: Anais do Congresso Multidisciplinar. Londrina, Paraná. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-040.pdf>

BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal.

BRASIL. 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata** [recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação; n. 83). ISBN 978-85-736-5984-9.

BRASIL. 2012. **Lei nº 12.764**, de dezembro de 2012. Regulamento Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Casa Civil.

BRASIL. 2015. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: Casa Civil.

BRUNONI, D., MERCADANTE, M., SCHWARTZMAN, J.S. 2014. Transtornos do espectro do Autismo. In: **Clínica Médica. Diagnóstico e tratamento**. Antonio Carlos Lopes. 6vol, Pp. 148 - 154. Editora Atheneu. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. [http://up.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/user\\_upload/Transtorno\\_do\\_Espectro\\_do\\_Autismo\\_processo\\_seletivo\\_2015.pdf](http://up.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/PUBLIC/user_upload/Transtorno_do_Espectro_do_Autismo_processo_seletivo_2015.pdf)

BUENO, A. C. W.; COSTA, N. F. e MURARI, S.C. 2009. **Uma proposta de inserção da análise do comportamento no contexto escolar**. VIII Jornada de Análise do Comportamento UFSCar. Disponível em: <http://www.redepsi.com.br/2009/07/06/uma-proposta-de-inser-o-da-analise-do-comportamento-no-contexto-escolar/>

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. 2009. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. Psicologia & Sociedade, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 65-74. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822009000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100008&lng=en&nrm=iso)>.

CASTILHO, A. C. de; BORDIN, J. C.; ALVES, J. L. B.; LEMES, M. J.; SANZOVO, V. C. 2013. **Análise do Comportamento e Educação: Pensando a Educação Inclusiva**. In: VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores e a Educação Especial. Londrina, Paraná. P. 564. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-053.pdf>

COSTA, Carolina. 2014. **A Utilização do Quadro de Recompensas como Estímulo ao Desenvolvimento da Autonomia em Crianças**. Matter, Revista Acadêmica da UNIBR. Ano 05, número 9, volume 2. Disponível em: <http://unibr.com.br/revistamatter/2014/12/03/a-utilizacao-do-quadro-de-recompensas-como-estimulo-ao-desenvolvimento-da-autonomia-em-criancas/>



COSTA, Y. H. S.; FERMOSELI, A. F. O.; LOPES, A. P. 2014. **Análise do Comportamento no Processo de Ensino-Aprendizagem na Educação**. Cadernos de Graduação, Ciências Biológicas e da Saúde, Maceió, V. 2, N.1, p. 213-226.

DUARTE, Y. (Coord.) 2009. **Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia** – Brasília: Conselho Federal de Psicologia. 172 p.

FAGGIANI, 2010. Perguntas Terapia ABA. Disponível em:  
<http://www.autismo.psicologiaeciencia.com.br/perguntas-terapia-aba/>

FARIAS, E. M. A., MENEZES, M. C. B. Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular. Disponível em:  
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>

GIL, C.A. 2002. Como elaborar projetos de pesquisa. Antonio Carlos Gil, 4ª Ed. - São Paulo. Editora Atlas S.A.

GIOIA, Paula Suzana; FONAI, Ana Carolina Vieira. **A preparação do professor em análise do comportamento**. Psicol. educ., São Paulo, n.25, p. 179-190, dez. 2007. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752007000200010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752007000200010&lng=pt&nrm=iso).

GOULART, P; ASSIS, G.J.A. 2002. **Estudos sobre autismo em análise do comportamento: aspectos metodológicos**. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. Vol.4, N.2, São Paulo. ISSN: 1517-5545.

GUIMÁRAES, L. M. 2016. O que é ABA? Terapia ABA Disponível em:  
<https://www.terapiaaba.com.br/o-que-e-aba>

HENKLAIN, M.H.O; CARMO, J.S. 2013. **Contribuições da análise do comportamento à educação: um convite ao diálogo – Outros Temas**. Cadernos de Pesquisas, V.43, N.149, p.704-723.

HUNZIKER, Maria Helena Leite. **Afinal, o que é controle aversivo?**. Psicol. educ., São Paulo, v.19,n.4, p.1-9, maio. 2007. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-81452011000400006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452011000400006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 22 maio 2017.

LEAR, K. Ajude-nos a Aprender. (Help us Learn: A Self-Paced Training Program for ABA Part 1: Training Manual). Traduzido por Windholz, M.H.; Vatauvuk, M.C.; Dias, I. S.; Garcia Filho, A.P. e Esmeraldo, A.V. Canadá, 2004).

LOPES, Carlos Eduardo. **Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical**. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva. São Paulo , v. 10, n. 1, p. 1-13, jun. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452008000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452008000100002&lng=pt&nrm=iso)>.

MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A.H. 2011. **Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil**. Revista Educação Especial v. 24, n. 39. DOI:10.5902/1984686X.

MEYER, S. B. 2003. Análise funcional do comportamento. In C. E. Costa, J. C. Luzia & H. H. N. Sant'Anna (Orgs.). Primeiros passos em análise do comportamento e cognição (pp. 75-91). São André: ESETec.

MEZZALIRA, A.S.C.; GUZZO, R.S.L. 2011. **Acompanhamento e Promoção do Desenvolvimento na Educação Infantil: algumas contribuições da psicologia escolar**. Periódicos Eletrônicos em Psicologia. Aletheia, N° 35-36, Canoas.

MIRANDA, T.D., GALVÃO FILHO, T.A. (Coord.) 2012. O Professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares. Salvador: EDUFBA. 491 p.: il.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. 2009. **Psicologia escolar: cenários atuais**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, Ano 9, N.3, p. 648- 663. ISSN: 1808-4281.

OLIVEIRA, I. M.; VICTOR, S. L. 2016. **Práticas de Inclusão Escolar de Crianças e Jovens com Autismo: contribuições de pesquisas portuguesas**. Revista Educação Especial em Debate.

PAULA BRAGA-KENYON, M.S., SHAWN E. KENYON, M.A. 2016. Análise Comportamental Aplicada (ABA<sup>1</sup>) – Um Modelo para a Educação Especial – In: Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: 3º. Milênio (pp. 148-154). Organizador: Walter Camargos Jr.

Disponível em: <http://centronataliaspinelli.com.br/wp-content/uploads/2016/09/An%C3%A1lise-do-comportamento-aplicada-estudo.pdf>

PEREIRA, M.E.M.; MARINOTTI, M. LUNA, S.V. O compromisso do professor com a Aprendizagem do aluno: contribuições da Análise do Comportamento. In: Análise do Comportamento para a Educação – Contribuições recentes. ORG. Maria Martha C. Hubner e Miriam Marinotti. 1ª Ed. Santo André, SP. ESETec. Editores Associados. 2004. p. 11-31. Disponível em: [http://www.academia.edu/8863412/H%C3%BCbner\\_M.\\_M.\\_C.\\_2004\\_.\\_.An%C3%A1lise\\_do\\_Comportamento\\_para\\_a\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_-\\_Contribui%C3%A7%C3%B5es\\_Recentes](http://www.academia.edu/8863412/H%C3%BCbner_M._M._C._2004_._.An%C3%A1lise_do_Comportamento_para_a_Educa%C3%A7%C3%A3o_-_Contribui%C3%A7%C3%B5es_Recentes)

RIBEIRO, S. 2010. ABA: uma intervenção comportamental eficaz em casos de autismo. Disponível em: <http://docplayer.com.br/13017529-Aba-uma-intervencao-comportamental-eficaz-em-casos-de-autismo.html>

SÃO PAULO. **Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Direitos das pessoas com autismo, Cartilha, 19p. São Paulo.** 2011. EDEPE, Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

SOUZA, M. **Reforçamento Positivo na Análise do Comportamento – Definição e aplicações clínicas.** 2011. Comportese. Disponível em: <http://www.comportese.com/2011/05/reforcamento-positivo-na-analise-do-comportamento-definicao-e-aplicacoes-clinicas>

SOUZA, M.P.R. 2000. **A queixa escolar na formação de psicólogos: desafios e perspectivas.** Em: E. de R. Tanamachi; M.L. da Rocha, & M.P.R. Souza, (Orgs). *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos.* (pp.105-142). São Paulo: Casa do Psicólogo.